

Parecer do Dirigente de Controle Interno

Presidência da República – Secretaria de Governo – Secretaria de Controle Interno

Parecer nº: 11/2016
Relatório nº: 201601872
Unidade Auditada: **Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Amapá – Sebrae/AP**
Ministério Supervisor: Secretaria de Governo da Presidência da República - Segov/PR
Município: Macapá/AP
Exercício: 2015
Autoridade Supervisora: Geddel Vieira Lima

Tendo em vista os aspectos observados no processo de prestação de contas anual do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Amapá- Sebrae/AP, relativo ao exercício de 2015, expresso a seguinte opinião acerca dos atos de gestão com base nos principais registros e recomendações formulados pela equipe de auditoria.

2. Inicialmente, é necessário destacar que o escopo dos exames restringiu-se ao que foi definido conjuntamente entre a Secretaria de Métodos e Suporte ao Controle Externo do Tribunal de Contas da União e a Secretaria de Controle Interno da Secretaria de Governo da Presidência da República – Ciset/Segov-PR.

3. No que diz respeito à gestão da Unidade, considerando os procedimentos de auditoria aplicados e os resultados obtidos, ressaltou-se no Relatório de Auditoria Anual de Contas que: (1) as metas físicas apresentaram desempenho superior às metas financeiras, em que pese essas metas não alcançaram integralmente os valores estimados, tendo sido impactadas pelo cenário econômico de 2015, o que demonstra no contexto apresentado, o esforço da entidade para superar as dificuldades; e, (2) a Unidade demonstrou maturidade no planejamento a nível estratégico da sua força de trabalho, aliando estudos de lotação ideal, pesquisas de clima organizacional e programas de capacitação alinhados ao desenvolvimento das suas atividades Institucionais. Salientou-se, no entanto, a necessidade de adequação da força de trabalho da unidade de auditoria interna para que esta esteja estruturada para cumprir suas atribuições.

4. Especificamente, com relação aos achados de auditoria, destacam-se os seguintes:

- a) fornecimento de refeições a servidores públicos de diversos órgãos públicos estaduais e empregados do Sebrae/AP que já recebem auxílio alimentação;
- b) contratação de serviços de comunicação, no valor de 4,8 milhões de reais, sem a realização de estudos prévios necessários;
- c) excesso de formalismo na elaboração de edital, análise e julgamento de propostas, prejudicando o caráter competitivo da licitação;

- d) falta de detalhamento das requisições de serviços de comunicação, impossibilitando comparativo de preços com o mercado;
- e) não aplicação de descontos contratuais previstos para produção gráfica, referentes a custos internos no valor de 103 mil reais; e,
- f) falhas na estruturação e atuação da Auditoria Interna.

5. Quanto aos demais controles internos administrativos, verificou-se que são suficientes para avaliar as áreas de gestão, diante dos testes aplicados. Entretanto, existem fragilidades detectadas nas áreas de licitações e gestão de contratos. As vulnerabilidades apontadas poderão ser mitigadas pela(o):

- (i) aprimoramento dos controles sobre a execução de contratos de prestação de serviço de fornecimento de alimentação em eventos;
- (ii) realização dos estudos técnicos e econômicos prévios referentes aos serviços de comunicações;
- (iii) abstenção em exigir número mínimo ou certo de contratos/atestados para comprovar a aptidão técnica dos licitantes;
- (iv) detalhamento prévio de cada item dos serviços de comunicação a serem demandados à contratada, de forma clara e precisa;
- (v) formalização das demandas junto à contratada em Ordens de Serviço a serem incluídas no processo de pagamento;
- (vi) revisão do contrato com vistas a definir com a devida clareza os critérios de mensuração do desconto sobre os custos internos referentes à produção gráfica;
- (vii) instrução nos processos de pagamento de todos os registros referentes ao cotejamento prévio dos preços, de forma a demonstrar que o preço contratado tenha sido o mais vantajoso para o Sebrae/AP;
- (viii) adequação da unidade de auditoria interna, com o suporte necessário de recursos humanos e materiais; e,
- (ix) abstenção em designar auditores internos em atividades que possam caracterizar cogestão e por isso prejudicar a independência dos trabalhos de auditoria.

6. Assim, em atendimento às determinações contidas no inciso III, art. 9º da Lei n.º 8.443/92, combinado com o disposto no art. 151 do Decreto n.º 93.872/86 e inciso VI, art. 13 da IN TCU nº 63/2010 e fundamentado no Relatório de Auditoria, acolho a conclusão expressa no Certificado de Auditoria. Desse modo, o Ministro de Estado supervisor deverá ser informado de que as peças sob a responsabilidade da Ciset/Segov-PR estão inseridas no Sistema e-Contas do TCU, com vistas à obtenção do Pronunciamento Ministerial de que trata o art. 52, da Lei n.º 8.443/92, e posterior remessa ao Tribunal de Contas da União por meio do mesmo sistema.

Brasília, 28 de setembro de 2016.

EDSON LEONARDO DALESCIO SÁ TELES
Secretário de Controle Interno